

Língua de sinais: o lugar da diferença surda

Sign language: the place of deaf difference

Estenio Ericson Botelho de AZEVEDO
PPGFIL / UECE.
E-mail: estenio.ericson@uece.br

João Emiliano Fortaleza de AQUINO
PPGFIL/UECE
E-mail: emiliano.aquino@uece.br

Abstract:

In this article, we review the literature of deaf and hearing researchers, seeking to demonstrate, based on them, that sign language constitutes the deaf difference in the cultural sphere. The deaf condition does not compose the diversity within a hegemonic culture, which is based on the majority language; rather, it constitutes a linguistic-cultural minority, which establishes in this same linguistic-cultural field its difference in the face of the majority language and culture. In this aspect, the deaf condition is distinguished from other disabilities, which are part of a diversity within a given culture, whether hegemonic or minority. This linguistic difference constitutes the deaf community – since every language is a community – within which a diversity of abilities and disabilities, of gender, race and social class, develops.

Keywords: Sign language. Deaf community. Deaf difference. Deaf diversity.

Resumo:

Neste artigo fazemos uma revisão bibliográfica de pesquisadores surdos e ouvintes, buscando mostrar, com base neles, que a língua de sinais constitui a diferença surda no âmbito cultural. A condição surda não compõe a diversidade no interior de uma cultura hegemônica, que é fundada na língua majoritária; mas se constitui em uma minoria linguístico-cultural, que estabelece nesse mesmo campo linguístico-cultural sua diferença em face da língua e da cultura majoritárias. Nesse aspecto, a condição surda se distingue das demais deficiências, que fazem parte de uma diversidade no interior de uma dada cultura, seja esta hegemônica ou minoritária. Essa diferença linguística constitui a comunidade surda – pois toda língua é comunitária – no interior da qual se desenvolve uma diversidade de habilidades e desabilidades, de gênero, raça e classe social.

Palavras-chave: Língua de sinais. Diferença surda. Comunidade Surda. Cultura surda.

1 A língua de sinais e as transformações da Linguística em sentido anticolonial (Saussure, Benveniste)

Para o linguista francês Émile Benveniste (1995, p. 31), “a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular”. Mas o que seria a língua, nessa perspectiva? A Linguística moderna, a partir de Saussure, e este é o ponto de partida de Benveniste, compreende que a língua forma um sistema. Isso vale para qualquer língua, qualquer que seja a cultura onde se use, em qualquer estado histórico em que a tomemos. “Da base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de estrutura” (Benveniste, 1995, p. 22).

Mais do que uma definição, essa é uma concepção que rompe com as investigações históricas empíricas sobre a origem e a evolução das línguas, perspectiva que marcou a chamada Linguística histórica do século XIX, particularmente num momento de recrudescimento do colonialismo, e que se impôs até inícios do século XX. Durante esse período, a Linguística

consistia essencialmente numa genética das línguas. Fixava-se, para tentar estudar a evolução das formas linguísticas. Propunha-se como ciência histórica e o seu objeto era, em toda parte e sempre, uma fase da história das línguas (Benveniste, 1995, p. 21).

A ruptura com essa concepção evolucionista das línguas eliminou toda a comparação entre línguas no sentido de línguas superiores e inferiores, justamente porque cada uma delas é um sistema. Diz Benveniste:

Todos os tipos de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem. Em nenhum momento do passado, sob nenhuma forma do presente se atinge o que quer que seja de original. A exploração das mais antigas línguas atestadas mostra-as tão completas como, e não menos complexas que, as línguas de hoje; a análise das línguas primitivas revela nelas uma organização altamente diferenciada e sistemática (Benveniste, 1995, p. 6).

É assim porque “as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e umas em razão das outras” (Benveniste, 1995, p. 23).

Em sua discussão sobre as tendências da Linguística contemporânea, Benveniste toma posição sobre a relação entre linguagem e realidade, e linguagem e pensamento. Essas relações dizem respeito, em primeiro momento, à natureza do signo linguístico, assunto sobre o qual Benveniste tem Saussure como referência. Ora, para o linguista suíço, a relação entre o significante e o significado que ocorre no signo não é necessária, por isso sinais sonoros (significantes) diversos, em línguas diferentes, dizem respeito ao mesmo significante; dessa forma, a própria relação entre o signo e a coisa é também arbitrária. Já para Benveniste, “entre o significante e o significado o laço não é arbitrário; pelo contrário é *necessário*. O conceito (significado) boi é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (significante) boi” (Benveniste, 1995, p. 55).

Dessa *relação necessária* do significante (imagem acústica/visual) com o significado (conceito, ideia), decorre que (ou se explica por que) não há conteúdo de pensamento antes de sua forma linguística: “o conteúdo [do pensamento] recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la” (Benveniste, 1995, p. 69). Neste sentido, a língua “dá sua forma ao conteúdo do pensamento” (Benveniste, 1995, p. 69), que, afinal, não existiria sem o concurso dessa mesma forma:

A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade, mas primeiro a condição de realização do pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica. (Benveniste, 1995, p. 69).

Toda essa discussão de Saussure e Benveniste tem íntima ligação com a questão linguística das línguas de sinais. No interior dos Estudos Surdos, Ronice Quadros Quadros e Lodenir Karnopp (2004, p. 28) tendem a manter-se na posição de Saussure, quando afirmam que “a língua é um sistema padronizado de sinais/sons arbitrários, caracterizados pela estrutura dependente, criatividade, deslocamento, dualidade e transmissão cultural”. Mas, por isso mesmo, com base nessa definição, afirmam que “as línguas de sinais são um sistema linguístico legítimo” (Quadros & Karnopp, 2004, p. 30).

A base dessa tese no âmbito da língua de sinais é a descoberta do linguista norte-americano William Stokoe, que “percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma

quantidade infinita de sentenças” (Quadros & Karnopp, 2004, p. 30). Por isso, as línguas de sinais não podem ser pensadas como pantomimas, simples gestos descritivos de objetos ou ações visíveis, ou ainda, mímica: “A pantomima quer fazer com que você veja o objeto, enquanto o sinal quer que você veja o símbolo convencionado para esse objeto”. No mesmo sentido, Quadros e Karnopp (2004, p. 30-31) afirmam que

Stokoe observou que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior. [...] Comprovou, inicialmente, que cada sinal apresentava pelo menos três partes independentes (em analogia com os fonemas da fala) a localização, a configuração de mãos e o movimento e que cada parte possuía um número limitado de combinações.

Conforme Gesser (2009, p. 14), a esses três elementos identificados por Stokoe, Robbin Battison e Edward Klima & Ursulla Bellugi acrescentaram a descoberta de um quarto elemento: a orientação da palma da mão. Esses são estudos que revelam níveis fonológicos e morfológicos na língua de sinais, aos quais se podem acrescentar aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, como ocorrem em todas as línguas sonoras, enquanto estruturas que são.

2 Identidade, diferença e diversidade surda

A partir das lutas nos Estados Unidos e Europa das pessoas com deficiência física, nos anos 1970, lutas protagonizadas principalmente por ex-soldados que voltavam da guerra contra o Vietnã com deficiências permanentes, começou-se a elaborar uma outra perspectiva das pessoas com deficiência, não mais na perspectiva *médico-reabilitadora*, como até então tinha sido, mas na perspectiva *social*. Politicamente, sai-se do registro da filantropia para o dos direitos civis. Não é coincidência que as lutas das pessoas com deficiência física nos EUA venham na sequência do movimento negro pelos direitos civis e do movimento contra a guerra do Vietnam. Nesta última visão elaborada pelas pessoas com deficiência física, a vida social organizada segundo os padrões majoritários e dominantes de habitação, locomoção, comunicação etc. criam obstáculos para as pessoas com deficiência. Trata-se, portanto, doravante, não de encontrar na pessoa com deficiência o defeito a ser superado, mas nas condições sociais em que elas se encontram, que precisam ser adaptadas, tornando-se acessíveis a todos.

Nos anos 1980, foi a vez do surgimento e crescimento do movimento social surdo, não só no Brasil, mas em vários outros países do mundo (América Latina, América do Norte, Europa

Ocidental). Pouco a pouco, as Comunidades Surdas, suas lideranças políticas e suas e seus pesquisadores acadêmicos começaram a se distanciar do modelo social da deficiência e aproximar-se do conceito de *diferença linguística* (ou *diferença surda*, de natureza antropológica e cultural) por eles mesmos elaborado. Conforme o filósofo inglês surdo Paddy Ladd (2011, p. 16-17), os surdos

se incomodam com sua inclusão no modelo social da incapacidade [ou deficiência, *disability*] porque, ainda que pudesse construir-se de maneira que pudesse assimilá-las, o critério para incluir as comunidades surdas em seu interior é a surdez física: em outras palavras, o conceito médico.

Por isso, segundo diz mais adiante, “as comunidades usuárias da língua de sinais constituem, de fato, um terceiro modelo, um *modelo linguístico-cultural*”. Como diferença linguística, os surdos não se incluem na deficiência (como falta, “defeito”, desabilidade), mas numa outra modalidade de língua (gesto-visual).

No Brasil, o momento fundamental dessa compreensão ocorreu, no âmbito acadêmico, com a publicação do livro *Surdez: Um olhar sobre as diferenças*, em 1998. No debate então inaugurado, uma primeira questão conceitual importante é a da relação entre *identidade, diferença e diversidade*. O discurso hegemônico sobre as deficiências se baseia na diversidade. Nessa perspectiva, que é inteiramente adequada ao modelo social da deficiência, os diversos segmentos das pessoas com deficiência se inscreveriam num mesmo registro antropológico, linguístico-cultural; e, com eles, também os surdos (na sociedade lusófona, ou na escola lusófona, por exemplo, o surdo seria apenas o diverso, aquele que não tem o mesmo domínio e uso do português, que, contudo, é sua língua; seria parte da diversidade linguística lusófona). No dizer de Carlos Skliar (2005, p. 13), a “‘diversidade’ cria um falso consenso, uma ideia que a normalidade hospeda os diversos, porém [, na verdade,] mascara normas etnocêntricas e serve para conter a diferença”. E esclarece o que entende sobre diferença:

Entendo ‘diferença’ [...] não como um espaço retórico - a surdez é uma diferença - mas como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos (Skliar, 2005, p. 13).

Essa compreensão conceitual marca época e demarca um novo momento dos Estudos Surdos no Brasil. Para a pesquisadora surda Gladis Perlin (2005), é necessário reconhecer o lugar do surdo na sociedade hegemônica a partir da diferença (de língua, de cultura, de história, de hábitos), constituindo, portanto, uma identidade própria. Nessa concepção, a diversidade não seria externa, como propõe o discurso hegemônico (sendo os surdos um dos diversos de uma

sociedade diversa), mas interna à identidade surda. Duas definições são importantes em sua argumentação. Uma, da identidade surda como “identidades plurais, múltiplas; que se transformam, que não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes, que podem até ser contraditórias, que não são algo pronto” (Perlin, 2005, p. 52). Neste sentido, a “identidade [surda] é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou em estar em movimento, e que empurra os sujeitos em diferentes posições” (ibidem). Trata-se, pois, de uma concepção não essencialista da identidade surda, atravessada pela pluralidade (cultural, de acesso e uso da língua de sinais etc.), pelo movimento (deslocamentos, reposicionamentos), até mesmo pelas contradições (sociais, de classe, por exemplo).

Com base nessa concepção de identidade, a diferença linguístico-cultural do surdo em face da sociedade lusófona hegemônica funda, no seu próprio interior, uma diversidade linguística, cultural, comportamental, assim como econômica, social, política. Esse movimento de retirar-se da diversidade lusófona pela afirmação da diferença em face dela é o que possibilita o reconhecimento no interior dos próprios surdos e suas comunidades (associações, escolas, igrejas etc.) de uma diversidade ampla. Desse modo, o elemento histórico, prático de constituição da identidade diversa surda é o confronto com o que a autora, seguindo uma literatura internacional, chama de “poder ouvintista”, um conjunto de instituições (medicina, indústria, igrejas, escola e família) que visam à normalização do sujeito surdo no sentido da cultura ouvinte (oralização, aparelhos auditivos, implante coclear etc.). Esse confronto é a prática que constitui ao mesmo tempo a identidade surda como diferença na sociedade e, no seu interior, a diversidade surda:

as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a estão sujeitas face à presença do poder ouvintista que lhe impõe regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo (Perlin, 2005, p. 54).

3 Língua de sinais, ser surdo e comunidade surda

Compreender o sujeito surdo como diferença linguístico-cultural (portanto, como identidade diversa linguístico-cultural) é compreendê-lo como ser comunitário. A língua é, como dizem Saussure, Vigotski e Benveniste, uma mediação social. As pessoas adquirem língua e se inserem num mundo simbólico produzido pela linguagem na medida em que interagem com

outros, em que se relacionam socialmente com outros. A atividade do trabalho e, com ele, a linguagem são as mediações que constituem a sociabilidade do homem, insiste Vigotski. E a principal forma de linguagem é, para todo homem situado numa dada comunidade, numa dada cultura, a língua. Por isso, as Línguas de Sinais são, em todo o mundo, essas mediações nas quais e pelas quais as pessoas surdas produzem seu universo simbólico comum e dão compreensão e sentido à sua vida cotidiana.

Ao defender que a condição surda se situa na diferença linguístico-cultural, Paddy Ladd (2011, p. 17) explica que a

essência desse modelo tem suas raízes nas ideias sobre o individualismo e o coletivismo nas sociedades ocidentais. As culturas surdas não são culturas do individualismo, mas sim do *coletivismo*, um traço que compartilham com 70% da população mundial [...].

A vida coletiva dos surdos, o encontro surdo-surdo, a descoberta individual da Língua de Sinais, a interação social que a partir daí se torna possível, todos esses acontecimentos mostram que não é possível o desenvolvimento da pessoa surda senão numa relação com outros surdos. O ser surdo se constitui apenas no laço, primeiramente linguístico, com a comunidade surda. Por isso, as experiências comunitárias são decisivas para o sujeito surdo, do ponto de vista linguístico, social, cultural, político, de invenção e conquista dos direitos.

As associações de surdos, as federações desportivas e as escolas de surdos são as formas mais importantes dessa socialização da pessoa surda. A família, que, para as crianças ouvintes, ocupa nos primeiros anos esse lugar de socialização primária, que continua depois na escola, no convívio com outras crianças falantes de sua mesma língua, não possibilita a mesma coisa para a maioria das crianças surdas, pois 95% delas têm pais ouvintes, que em sua quase totalidade não falam em Línguas de Sinais. Esse cenário vem se modificando, mas ainda assim muito lentamente, principalmente porque há um renovado e forte discurso médico-reabilitador de implante coclear, oralização e afastamento da criança surda do convívio de outras crianças surdas, discurso que, reforçado pelas políticas de inclusão escolar inespecífica, age sobre a criança surda desde a detecção da acúsia do recém-nascido. No discurso médico hegemônico, o implante coclear é a cura da surdez e a língua de sinais a impediria ou a dificultaria, pois a criança tenderia espontaneamente para ela.

Os discursos médico-reabilitador e de inclusão escolar inespecífica, que dissolve a diferença linguística dos surdos na diversidade da deficiência, se apresentam como formas de

exercício de poder sobre o ser surdo, subalternizado-o como grupo minoritário, a quem não cabe decisões a seu próprio respeito. Isso quer dizer que os discursos - médico, pedagógico, psicológico, filosófico, religioso - sobre o surdo o produzem como deficiência, expressão da diversidade, sobre quem cabe, do lado médico, a correção, e do lado pedagógico, sua socialização individual isolada, sem comunidade, sem língua comum, sem história comum, em classes e escolas lusófonas.

Para Paddy Ladd (2011, p. 79), essa construção discursiva externa do surdo como deficiência mostra, em sua prática mais geral, como “cada discurso constrói cânones de ‘verdade’ sobre o qual seus participantes decidem o que é uma ‘evidência admissível’ [sendo que] a convergência desses discursos constitui um *sistema discursivo* que é extenso e controlador”; por isso, é preciso, diz ele, elaborar uma “consciência sobre essas relações entre poder e conhecimento”, submetendo a esses discursos colonizadores uma análise crítica. Segundo a pesquisadora surda Patrícia Rezende (2012, p. 84), “a prática discursiva produz um sistema estratégico em que o poder de tratar e reabilitar o corpo implica a medicalização do sujeito surdo. Dessa forma, os corpos surdos são produzidos na história e no mundo, inventados pelo discurso”.

Essa fala, que é também discurso, nos oferece justamente essa compreensão da linguagem como um campo de batalha, como prática discursiva que produz um sistema estratégico de poder, tanto inserindo aí o objeto de sua discussão, a saber, o processo histórico de despotencialização (desempoderamento) das línguas de sinais, como também se investindo (e ao seu objeto) de poder, ao falar, nomear, argumentar sobre esse mesmo processo histórico. É essa prática discursiva de empoderamento (potencialização, fortalecimento no interior de uma dada correlação de força) ao justificar a língua de sinais, que, para os surdos, pode fazer frente a uma história de subalternização, em que falaram por eles, pensaram por eles, decidiram por eles.

O discurso do surdo sobre si mesmo não é, portanto, um discurso neutro, distante, científico, mas um discurso em largo sentido genealógico (nos sentidos foucaultiano e nietzschiano da expressão), e justamente ao situar-se a si mesmo, assim como aos discursos que combate, num campo de relações de poder que é a linguagem. Por isso mesmo, a linguagem não é apenas designação, mas poder de designação, como parte de uma forma prática de relações sociais e de poder. Daí a necessidade, para a Comunidade Surda, dos espaços comuns (escolas, associações, entidades desportivas) de fortalecimento da língua e dos discursos surdos, de

constituição de memória comum e produção igualmente comum de um saber histórico sobre si próprios e sobre sua relação com a sociedade hegemônica; enfim, espaços comuns de produção de comunidades, como fontes de potências coletivas e individuais.

Também para os surdos vale a divisa *ubuntu*: sou, porque somos.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1995.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

LADD, Paddy. *Compreendendo la cultura sorda: En busca de la Sordedad*. Gobierno de Chile. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, Fondo Nacional de Fomento del Libro y la Lectura, Concepción, 2011.

PERLIN, Gladis. *Identidades Surdas*. In C. Skliar (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

REZENDE, Patrícia Luíza Ferreira. *Implante coclear: normalização e resistência surda*. Curitiba: CRV, 2012.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: Um olhar sobre as diferenças*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.



AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho de. Sign language: the place of deaf difference. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.21, n.3, 2024, eK24063, p. 01-23.

Recebido: 08/2024

Aprovado: 09/2024